



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Coordenação de Estágio Supervisionado

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO “CAMINHOS DO FRIO” - ROTA CULTURAL DO
BREJO PARAIBANO**

JÓRISSA DANILLA NASCIMENTO AGUIAR

Campina Grande - 2009

JÓRISSA DANILLA NASCIMENTO AGUIAR

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO “CAMINHOS DO FRIO” - ROTA CULTURAL DO BREJO PARAIBANO

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração Hab. Pública.

Orientadora: Profa. Maria Aldano de França, Mestre.

COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar
Aluna

Maria Aldano de França, Mestre.
Professora Orientadora

Eliane Ferreira Martins, Mestre.
Coordenadora de Estágio Supervisionado

Campina Grande – 2009

JÓRISSA DANILLA NASCIMENTO AGUIAR

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO “CAMINHOS DO FRIO” - ROTA CULTURAL DO
BREJO PARAIBANO**

Maria Aldano de França, Mestre.
Orientadora

Maria das Graças Lucena Barbosa, Mestre.
Examinadora

Wilson Roberto da Silva, Mestre.
Examinador

Campina Grande – 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que gentilmente contribuíram disponibilizando tempo e informações para este trabalho. Aos que fazem o SEBRAE Guarabira e a toda equipe das secretarias de Cultura e Turismo das cidades da Rota Cultural “Caminhos do frio”.

A professora Maria Aldano pela disponibilidade, confiança e orientação, sempre.

NASCIMENTO, AGUIAR, J. D. **Políticas Públicas de apoio ao Desenvolvimento Local: O Caso “Caminhos do Frio” Rota Cultural do Brejo Paraibano.** 59 f. Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração Hab. Pública) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

Este relatório aborda uma pesquisa acerca da Rota Cultural “Caminhos do frio”, que visa incrementar o fluxo turístico da região ao mesmo tempo em que busca o resgate, preservação e a mostra das diversas manifestações culturais características do Brejo e de cada cidade participante. E consequentemente, visa também à injeção econômica local, oriunda do turista quem vem participar dos eventos. A pesquisa teve como objetivo geral analisar como as políticas implementadas pelo governo local contribuem efetivamente para o desenvolvimento da região do Brejo Paraibano. Quanto à metodologia utilizada, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo, qualitativo e quantitativo, constituída de uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão e de uma pesquisa de campo. Os resultados evidenciam que existem falhas estruturais, as quais precisam ser trabalhadas visando o aprimoramento dessa ação política que tem o caráter público e privado ao mesmo tempo, e que é tão importante para a região, a fim de incentivar essas estratégias de desenvolvimento, intimamente relacionadas à práticas sustentáveis.

Palavras – chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade.

NASCIMENTO, AGUIAR, J.D. Public Politics of support to the Local Development : The Case “Ways of the Cold” Cultural Route of the Paraiban Heath. 59 f. Report of Supervised Period of training (Baccalaureate in Hab Administration. Public) - Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2009.

This report approaches a research concerning the Cultural Route “Ways of the cold”, that it aims at to develop the tourist flow of the region at the same time where searches the rescue, preservation and the sample of the diverse characteristic cultural manifestations of the Heath and each participant city. And consequently, also aims at to the economic, deriving local injection of the tourist who comes in accordance with to participate of the events, being the premises of sustainable development. The research had as objective generality to analyze as the politics implemented for the local government contribute effectively for the sustainable development of the region of the Paraibano Heath. How much to the used methodology, a research of exploratory, descriptive, qualitative and quantitative character was carried through, constituted of a bibliographical revision on the subject in question and of a research of field. The results evidence that structural imperfections exist, which need to be worked aiming at the improvement of this action politics that the public and private character has at the same time, and that it is so important for the region, in order to stimulate these strategies of development, closely related to practical the sustainable ones.

Key words: Public politics, Local Development, Support

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Atividades Realizadas durante o evento -----	49
Tabela 2. Cidades participantes a cada ano do evento -----	50
Tabela 3. Percepção de alteração na economia dos municípios -----	51
Tabela 4. Oficinas de capacitação realizadas durante o evento -----	51

LISTA DAS SIGLAS

CMMA	– Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente
GTDN	– Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
CVSF	– Comissão Vale São Francisco
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTur	– Ministério do Turismo
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
OCDE	– Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	– Organizações não governamentais
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SUDAM	– Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1. Largo do Teatro Santa Ignês em Alagoa Grande -----	40
Foto 2. A cidade de Areia -----	41
Foto 3. As flores da cidade de Pilões -----	41
Foto 4. Estação de trem em Bananeiras -----	48
Foto 5. Teatro Santa Ignês em Alagoa Grande -----	48

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo geral -----	15
1.2. Objetivos específicos e Justificativa do tema -----	15

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Políticas Públicas e Desenvolvimento -----	18
2.2. Avaliação de Políticas Públicas -----	19
2.3. Política Econômica Regional -----	21
2.4. Desenvolvimento Local -----	23
2.4.1. Desenvolvimento e práticas sustentáveis -----	25
2.4.2. O conceito DLIS -----	27
2.5. Educação Ambiental como instrumento de conscientização -----	28
2.6. Cultura e Potenciais Turísticos: fatores de Desenvolvimento -----	30
2.7. Turismo Rural e Ecoturismo -----	32
2.8. Gestão e articulação territorial local-----	33
2.9. Empreendedorismo Social e Sustentável -----	35
2.10. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Civilizações do Açúcar e a Rota Cultural “Caminhos do frio” -----	36
2.10.1. Brejo Paraibano: as cidades participantes e os atrativos locais -----	40

CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipo de pesquisa -----	43
3.2. Universo e Amostra-----	43
3.3. Instrumento de Pesquisa-----	44
3.4. Período de realização da pesquisa -----	44
3.5. Tratamento dos dados -----	44
3.6. Limitação do método -----	45

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	47
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	56
ANEXOS -----	58

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento sustentável expressam, na sociedade de hoje, uma relevância crescente - embora ainda insuficiente - por conta de todas as informações e percepções que rodeiam nosso universo natural e científico. Organizações e suas finalidades são chamadas a reconhecer a necessidade do manejo do meio ambiente, a valorização das capacidades e recursos regionais, bem como das identidades locais, dentre outros fatores que ensejem o benefício de toda população e de sua riqueza cultural e natural.

Não acontece de forma diferente no ramo das Organizações Públicas, tendo como grande representante, o Governo, em seus três níveis (nacional, estadual e municipal), não se podendo negar que avanços foram obtidos no campo das políticas públicas desde os anos 70. O início da tomada de consciência social sobre os problemas ambientais naquela década conduziu à redação de relatórios, cujos objetivos eram essencialmente esboçar avaliações globais, emergir as questões consideradas urgentes e formular recomendações imediatas às diferentes instâncias do poder político. Desde então, o conceito de meio ambiente e regionalização como objeto de pesquisa e de políticas públicas podem ser caracterizados por diversas maneiras. Neste trabalho de pesquisa, parte-se da premissa que **problemas referentes ao desenvolvimento local são refletidos na formulação e implantação de políticas públicas**, que, por sua vez, devem expressar:

- uma visão abrangente dos problemas ambientais;
- ênfase na gestão, na informação e na articulação territorial;
- atenção voltada para a cultura, identidades e potencialidades regionais.

Tomando a Paraíba como ponto de partida, têm-se, hoje, a mostra da diversidade turística do Brejo como forma de alocação de recursos a partir dos atrativos locais com o “Caminhos do Frio - Rota Cultural”, que levam conterrâneos e turistas aos mais diferentes ambientes e aquecem a economia local. O projeto, idealizado pelo Governo do Estado, Sebrae e prefeituras, está inserido no roteiro “Civilização do Açúcar”, que compreende os Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. “Civilização do Açúcar”, por sua vez, faz parte do programa “Os Roteiros do Brasil”, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, tendo como fundamento o aquecimento da economia local.

Para um dos grandes nomes no debate, o economista Ignacy Sachs, o crescimento econômico, se colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis e repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. Aliás, taxas significativas de crescimento são

necessárias, uma vez que é muito difícil redistribuir bens e renda numa economia estagnada (SACHS, 2001). A importância, então, estaria em se distinguir diferentes tipos de crescimento e adaptá-los para a forma sustentável. A variedade mais freqüente é a dita como "selvagem", com custos sociais e impactos ambientais insuportavelmente altos. Hoje, sabe-se que esse tipo de crescimento impulsionado pelo mercado é inaceitável dos pontos de vista social e ambiental, além de não estabelecer, por si só, uma situação empregatícia satisfatória.

O problema de pesquisa surge a partir da necessidade de checar até que ponto o projeto “Caminhos do frio – Rota Cultural do Brejo Paraibano” contribui efetivamente para o desenvolvimento do Brejo Paraibano. Assim, o **Objetivo Geral** consiste em verificar como as políticas implementadas pelo governo local, atreladas ao desenvolvimento sustentável, podem cooperar com o crescimento econômico da região.

Já para os **objetivos específicos**, procurou-se responder a três questionamentos para melhor atingir o objetivo geral. Consistiram em:

- Identificar os atrativos locais da região que são vistos como captadores de recursos durante o evento;
- Descrever como essa política pública foi acionada, bem como o processo de criação deste projeto e também sua implantação;
- Verificar a real eficácia da referida ação política, em termos de desenvolvimento econômico local.

Justifica-se a escolha da pesquisa, devido à necessidade crescente de buscar, no ramo da Administração Pública, formas de desenvolvimento econômico que atuem paralelamente à conservação ambiental, à valorização da cultura e atrativos regionais, viabilizando, assim, o desenvolvimento local.

O trabalho encontra-se assim organizado:

- Capítulo I: Fundamentação Teórica, onde aproxima-se o leitor ao tema da pesquisa. Neste trabalho foram apontados conceitos de políticas públicas, economia regional, discussões acerca de desenvolvimento e práticas sustentáveis, enfim, origens e referenciais teóricos sobre a questão em estudo.
- Capítulo II: Aspectos Metodológicos, contendo a caracterização da pesquisa utilizada, suas características operacionais, os sujeitos que contribuíram para o alcance dos objetivos, relatando os recursos utilizados para colocá-la em prática.
- Capítulo III: Apresentação e Análise dos resultados, onde demonstra-se os resultados da pesquisa, a sua ordenação e como estes resultados atendem aos objetivos do trabalho.

- Capítulo IV: Considerações finais, apresentado as principais conclusões da pesquisa, as contribuições e constatações, bem como a retratação de sugestões para pesquisas futuras e as posteriores recomendações e alternativas em relação aos objetivos identificados.

Nos elementos pós-textuais são mencionados as Referências utilizadas para explicitar os pressupostos teóricos do tema abordado, e os anexos e apêndices, que contêm elementos auxiliares à compreensão do estudo. Procurou-se promover uma pesquisa e contribuir às discussões acerca de Políticas Públicas regionais e sua eficácia e, se necessário, sugerir sobre possíveis estratégias de desenvolvimento local.

No capítulo seguinte, será apresentada a Fundamentação Teórica, onde se tomou base para as discussões que enriqueceram a pesquisa e os problemas tratados na mesma.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Políticas Públicas e Desenvolvimento

A vida em sociedade é complexa e é analisada desta forma desde o tempo em que *Platão* e *Aristóteles* teorizavam Estado e Governo e preocupavam-se com o bem estar dos cidadãos (Frey, 1997). Envolve diferentes interesses que geram conflitos. Para tornar possível a convivência em sociedade, os conflitos e suas possíveis soluções precisam ser administrados, havendo, para isso, duas formas:

- ◆ A coerção;
- ◆ O exercício da POLÍTICA.

A Política encontra-se caracterizada como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam as relações de poder e que destinam a resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos, buscando soluções para problemas gerais e específicos que afligem a sociedade (ibdem). Esses problemas podem ser consideravelmente visíveis, como por exemplo, o grande número de favelas existentes no país, ou não, sendo identificados a partir do momento em que se percebe que determinada região poderia ser auto suficiente, se para isso lhe fossem ofertadas condições de desenvolvimento, a partir de aptidões locais. As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação de valores, de aptidões, ressaltando que não são sinônimas de Decisão Política, pois, uma Política Pública envolve mais que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Ainda segundo o autor, são características das Políticas Públicas:

- As decisões e ações são revestidas pela autoridade do Poder Público – Caráter imperativo;
- Diferenciam-se das políticas privadas ou apenas coletivas pelo seu caráter imperativo;
- São resultantes da atividade política;
- São geradas a partir do meio ambiente e do próprio sistema político e suas demandas.

Compreende-se, a partir disso, que as demandas podem ser novas – elaboradas por novos atores políticos ou surgimento de novos problemas, ou recorrentes – quando expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos. As demandas por políticas e ações políticas são geradas pelos interesses de diversos atores políticos:

- Públicos - Os políticos e os burocratas;
- Privados - empresários, trabalhadores;
- Agentes internacionais;

- A mídia.

Para um problema chegar a ser enfrentado por políticas públicas, é necessário que os atores políticos se mobilizem para causar preocupação nas autoridades (o que acontece também com os movimentos sociais), seja por ação coletiva de grandes grupos, seja por ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja por ação de atores individuais estrategicamente situados. O objetivo de implementar-se uma determinada política pública será garantir que uma decisão se transforme em ação em regimes democráticos, através da efetiva resolução de conflitos envolvidos, sabendo-se que as resoluções não acontecem de forma ideal. É necessário, primordialmente que os atores sintam que ganharam alguma coisa e nenhum se sinta completamente prejudicado, observando os limites das condições e do momento específico da decisão. Isso garantirá e demonstrará a validade de tais práticas políticas.

Política pública é, assim, para Buarque, (2002) o "*Estado em ação*"; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. O Estado como uma instituição permanente, com órgãos legislativos, tribunais e exércitos, e o governo desempenhando as funções de Estado por um determinado período colocando em prática programas e projetos propostos pelos representantes da sociedade *para* a sociedade. Decisões de ordem política ou econômica têm um papel decisivo na reestruturação socioeconômica de uma região ou localidade, requerendo sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo (ibidem), e são os atores locais, ou seja, a população, um dos mais importantes instrumentos de avaliação das políticas públicas.

2.2. Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação em políticas públicas e sua necessidade estão associadas às dificuldades verificadas no processo de implementação de seus programas, que dificilmente atingem os objetivos propostos de forma integral e raramente são implementados de acordo com seu desenho original e com as estratégias traçadas por seus formuladores. Avaliar é determinar o mérito e a prioridade de um projeto de uma política pública ou investimento financiado com recursos públicos e voltado para resolver um determinado problema econômico ou social, abarcando os mais variados aspectos do projeto ou programa, que vão de sua concepção primeira e do seu planejamento ao seu processo de implementação e à aferição dos seus efeitos e resultados de curto, médio e longo prazo.

Quando todos esses aspectos são considerados de forma integrada diz-se que a avaliação é compreensiva ou abrangente. Com efeito, avaliações de políticas públicas devem ter, entre outros requisitos, a neutralidade de procedimentos a confiabilidade técnica dos dados, e a segurança na interpretação (Viegas, 2003), exige cuidados específicos pela própria natureza das políticas públicas, que carregam componentes ideológicos muito fortes e sensíveis.

Por ser um mundo composto de ideologias não são definitivamente verificáveis nem mensuráveis. Daí a necessidade, maior do que áreas técnicas, de isenção de ânimo, busca de neutralidade e liberação de juízos pré-concebidos, e claro, estes pré-requisitos dificilmente são encontrados no grupo formulador, executor ou receptor das políticas. Isso posto, ressalta, logo de início, que avaliações de políticas públicas devem ser feitas, de preferência, por avaliadores externos ao processo:

“Em outras palavras, na medida do possível, quem avalia deve estar fora do objeto da avaliação. Nem deve ser do corpo funcional do órgão ou do setor que formula ou executa política, pois, dificilmente se manterão neutros em relação a uma atividade na qual estão intimamente envolvidos, ou se libertarão com facilidade dos comprometimentos pessoais e funcionais assumidos, nem convém, da mesma forma, que sejam da área técnica sob análise, salvo como consultoria técnica, pois avaliações por pessoas da mesma área tendem a ser carregar vieses decorrentes da supervalorização do objeto, o que impede a serenidade do julgamento e a objetividade das análises.” (VIEGAS, 2001. P. 03)

Apesar de ser uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais, no âmbito do setor público brasileiro essa prática ainda é muito incipiente, principalmente quando focaliza a avaliação de desempenho e de resultados de uma instituição pública ou de um programa governamental, no qual a política pública se materializa.

Identifica-se, por conseguinte, como uma relevante ferramenta, o diálogo público - ou controle social - na sua dinâmica, pois a qualidade dos programas só aumenta quando a participação dos usuários é intensificada e efetivamente acontece.

No Brasil, verifica-se nos últimos anos um interesse crescente na área de investigação e há equipes tanto no meio acadêmico como em institutos independentes de pesquisa, assim como em órgãos do governo. Têm se multiplicado as equipes de avaliação, assim como os seminários, encontros e cursos nessa área. Em algumas políticas, a participação popular tem se revelado de enorme importância, principalmente quando se faz a avaliação em nível regional (ou municipal). Essa participação pode ocorrer sob diversas formas, desde o preenchimento de questionários de consulta sobre o grau de satisfação da

população com o serviço recebido até a organização de grupos permanentes de avaliação do desempenho de uma dada política. A participação da população na implementação e avaliação de políticas públicas é de extrema importância, pois não há quem tenha maior conhecimento e vivência dos problemas e conflitos regionais.

2.3. Política Econômica Regional

Depois das duas guerras mundiais, da instabilidade e crises entre elas, pressionados pelas falhas do capitalismo e do forte lançamento da opção socialista, a questão do desenvolvimento econômico inseriu-se como tema central na agenda dos governos do mundo ocidental ou capitalista. Nos Estados Unidos, apesar do predomínio da ideologia anti-intervenção estatal, as desigualdades regionais, os movimentos migratórios (crescimento dos guetos) provocaram a generalização do planejamento regional. A exemplo de Weber e nos modelos teóricos neoclássicos alemães desenvolveu-se nos EUA a chamada “*Regional Science*” (Diniz, 2001).

Entretanto, dentro da região da América Latina, com seu atraso decorrido das relações de troca internacionais (relação “periferia” que exportava bens primários), observava-se que haviam amplas regiões estagnadas dentro dos maiores países, o que estimulou vários governos a utilizar as experiências internacionais, criando ou definindo programas e órgãos de desenvolvimento regional.

Têm-se, no Brasil, como exemplo, a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), a posterior criação da SUDENE e da SUDAM e os planos de desenvolvimento para o Nordeste e Norte. A primeira interpretação teórica sobre as desigualdades regionais no Brasil, talvez até na América Latina, foi lançada na década de 1950, através do famoso relatório do GTDN, escrito por Celso Furtado, em 1958 (GTDN, 1967), mostrando, que a renda per-capita da Região Nordeste era inferior a 1/3 daquela da Região Centro-Sul do Brasil, partindo dos fundamentos históricos da colonização regional como determinantes da dicotomia social da região nordestina.

Mas, não se pode prosseguir a discussão sem apreender outras opções de sustentabilidade que o Nordeste oferece, pela sua grande escala geográfica e territorial. A região destaca-se, tanto no Brasil quanto no exterior, como um atraente destino turístico, dentre outras diversas outras possibilidades de renda, que têm o ambiente natural como fonte de recursos, questões que serão abordadas ao longo da pesquisa:

“Distingue-se a política econômica regional da política econômica geral pelo realce que dá aos elementos espaciais, apresentando-se estes últimos sob a forma de regiões. Por essa mesma razão a política econômica regional pode ser interpretada como sendo a atuação regionalizada do Estado.” (FURST, KLEMMER, ZIMMERMANN, 1983, p.31).

No presente estudo, será descrito como o Estado, sob a forma do Governo em seus três níveis atua na região Nordeste, especificamente na região do Brejo Paraibano, por meio de políticas públicas e investimentos governamentais com objetivo da redução das desigualdades regionais e aproveitamento de potencialidades locais, apesar de não haver no Brasil, um balanço conclusivo desses investimentos. Serão descritas através do Estudo de Caso, quais as particularidades da região que atraíram os investimentos e quais os reais ganhos para a população desde a implementação do programa de desenvolvimento Rota Cultural “Caminhos do frio”.

Para tanto, há a necessidade de uma regionalização desse tipo das metas e das providencias em matéria de política econômica. Apesar de toda multiplicidade de conceitos que caracterizam “região”, existe duas circunstâncias que constituem a essência de sua definição, ainda segundo Furst, Klemmer e Zimmermann (1983):

- 1 – Regiões seriam “agregados de pontos”, no espaço territorial, como partes de um conjunto espacial supraordenado, conferindo assim, à política econômica regional um caráter macroeconômico.
- 2 – Os menores elementos espaciais nesses agregados possuem entre si uma relação espacial de vizinhança, pois se situam lado a lado.

A regionalização é, resumidamente, um fracionamento territorial de um espaço global superior em unidades zonais. As regiões homogêneas, por sua vez, são denominadas de unidades territoriais funcionais, sendo parcelas territoriais que reúnem num mesmo agregado aqueles pontos espaciais (geralmente municípios), pois possuem um cunho característico idêntico, ou, largamente similar.

Acessibilidade, alocação de recursos, trocas comerciais, proximidades geográficas, todas essas características comuns fazem a necessidade de regionalização, já que os municípios, ou pontos espaciais seguem basicamente os mesmos critérios de funcionalidade, diagnósticos e intervenções, atuando como complexos de interligação e produção de bens e fatores de desenvolvimento.

Os “privilégios” regionais, segundo Furst, Klemmer e Zimmermann (1983), podem ser vantagens especiais em questão de lazer, matérias primas baratas, vantagens de comunicações e informações, maiores disponibilidades de recursos naturais, dentre outros.

A partir do momento que pessoas particulares tomam suas decisões por causa desses privilégios, agravam-se as disparidades regionais: nos espaços privilegiados desenvolvem-se aglomerações populacionais e econômicas, que vão por sua vez condicionar vantagens próprias como instalações de infra-estrutura, ofertas de bens de qualidade superior, dentre outros. Essas vantagens fazem sentir seu efeito atrativo em todas as zonas adjacentes, que assim, ficam numa relação de dependência sucessiva com os centros aglomerativos. Não deve-se esquecer que também são acarretados os chamados “feedbacks” ou efeitos negativos, como o aumento do preço dos recursos alimentícios, por exemplo e o esgotamento dos recursos naturais, a exemplo da água, já para isso existem os recursos públicos compensatórios, cabíveis de discussões em outro momento. A demanda vigente numa região é determinada, segundo Zaoual (2006), por atores oriundos da própria região e também de fora dela. Os agentes são empresários, domicílios e entidades territoriais estatais, já o comportamento de compra regionalmente relevante é determinado:

- Nas instituições empresarias: pela liquidez disponível;
- Nos domicílios: pela renda, primordialmente;
- No Estado: pela massa financeira disponível.

Nos dias de hoje, observa-se que as políticas públicas regionais seguem, via de regra, modelos importados (neoclássicos), que priorizam o lado econômico, especialmente visando possibilidades, nem sempre reais, de lucro, o que resulta na introdução do turismo por meio dos planos encomendados pelos prefeitos a técnicos que nem sempre compreendem e valorizam as especificidades da cultura local, por não considerarem a população com todo seu conhecimento sobre os aspectos locais e o sentimento de pertença a partir de valores locais. Visa o desenvolvimento de economias locais de uma forma mais humana, compreendendo-o em sua totalidade, adotando um procedimento que contemple não apenas aspectos técnicos e racionais, mas todas as dimensões culturais que integram as raízes das localidades (ibidem).

2.4. Desenvolvimento Local

Após a Segunda Guerra mundial, a perspectiva que se colocava o desenvolvimento era a partir da “internacionalização”, da livre troca, da divisão internacional do trabalho, da especialização das empresas e de seus colaboradores, não havendo lugar para se pensar o desenvolvimento local. A visão do local era a de que se enquadrava num sub-conjunto desse plano global, geral. Sobretudo em situações de crise, começou-se a retomar a percepção

nacional, do regional até o local, se contrapondo a aspectos econômicos excludentes e permitindo a existência de estruturas coletivas de integração de grupos na sociedade atual. O Desenvolvimento Local é posto como uma alternativa à incapacidade auto-reguladora da economia de mercado, mostrando formas paralelas de organização social e econômica não-excludentes, através da prática de atividades de alocação de renda que se direcionem ao mercado depois de um compartilhamento mais ou menos equitativo (Uri, 1976).

O desenvolvimento do capitalismo mundial tem como grande marco o fenômeno da globalização (crescente processo de integração dos mercados mundiais). Dentro desse contexto competitivo, torna-se imprescindível inserir o desenvolvimento econômico local como alternativa de diferenciação na alocação de recursos. Nesta perspectiva, qualquer política de transformações estruturais no contexto local constitui uma interface perturbadora de interesses oligárquicos e geradores de profundas transformações nas relações, alianças, conflitos e contradições, tanto na sociedade regional quanto na nacional.

Não só no Brasil, mais em todo o mundo, a noção de desenvolvimento local se fortalece através de políticas públicas, de organizações locais formais e informais, de iniciativa pública e privada. Seu surgimento e sua dinâmica se devem, em grande parte, às metodologias de desenvolvimento econômico e sustentável resultando da mobilização de recursos materiais e imateriais. Nesta perspectiva, o local é um território natural, socialmente construído, delimitado por um conjunto complexo de variáveis e indicadores: natureza, modo de vida, identidades, política, e a cada fator são atribuídas especificidades, que induzem a mudanças qualitativas naquele espaço.

Segundo Dantas (2001), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2000) aponta como ligações entre o global-local, a necessidade do “local” reagir aos desafios da concorrência externa. As iniciativas de desenvolvimento local têm sido postas, pelos estudiosos e especialistas no assunto, como uma nova forma de enfrentamento dos impactos e desigualdades provocados pela globalização. Estas ações apresentam-se em novas alternativas de desenvolvimento que sejam sustentáveis, competitivas e que busquem superar questões como o desemprego e a exclusão social, tendo como objetivo a melhoria na qualidade de vida da comunidade. Diante da globalização, o desafio se pauta na procura por alternativas econômicas locais suficientemente competitivas. Desta forma, a esfera local não é vista como contraposta à global. O local é considerado um espaço de articulação entre o moderno e o tradicional, suscitando a possibilidade de criação de soluções inovadoras para os seus problemas, através das trocas entre os diversos atores, principalmente daqueles que fazem parte da própria realidade local.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, estando desta forma associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo.

Sabe-se que para atingir a tais mudanças é preciso que haja uma transformação na percepção da comunidade para com ela mesma. É necessário que a comunidade se entenda como parte integrante do território, como agentes de desenvolvimento (população local), ou agentes em potencial. O desenvolvimento local se baseia na sustentabilidade do desenvolvimento em termos sociais, políticos e ambientais, mesmo sem propor uma ruptura radical com os padrões da sociedade atual. A ruptura que deve haver é de cunho cultural, pois é preciso perceber o ambiente local como um todo integrado, fundamentado, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural.

2.4.1. Desenvolvimento e práticas sustentáveis

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu somente na década de 80 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA das Nações Unidas, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico, em que afirma que o desenvolvimento sustentável é:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (IBGE, 2002, pág. 33).

Esse conceito foi decisivo para se repensar as dimensões do desenvolvimento e para a conscientização da sociedade, questionando se as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então não estavam limitando a capacidade dos ambientes naturais de suportar a vida no planeta. Assim, começava a se discutir se o modelo de desenvolvimento adotado seria insustentável ao longo do tempo, comprometendo a vida de futuras gerações (WEBER, 1997).

Dessa forma, tem sido comumente definido como forma de desenvolvimento econômico que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das

futuras gerações suprirem suas necessidades. Ao passo que a palavra *desenvolvimento* pode significar evolução, implicando mudanças nas condições presentes, a palavra *sustentável* significa, no caso em questão, proteger, evitar a ruína destas condições tanto no presente quanto no futuro, segundo Cavalcanti, (1997).

Segundo Bezerra e Ribeiro (1999), esse estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso a população aos serviços de infra-estrutura econômica e social, mobilizando os recursos para satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

A idéia deriva do conceito de ecodesenvolvimento, proposto nos anos 1970 por Maurice Strong e Ignacy Sachs, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. O conceito foi definitivamente incorporado como um princípio, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 - Eco-92, no Rio de Janeiro.

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. De outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.

Assim, a idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Atualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias são atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Isso implica principalmente a necessidade de estimular numa participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. O caminho a ser desenhado passa necessariamente por uma mudança no acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão.

Existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais.

2.4.2. O Conceito DLIS

DLIS é uma sigla, que consiste em designar o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (PAULA, 2002), que é um novo conceito de desenvolvimento e uma nova estratégia para sua implantação, que articule a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, como o capital humano, o capital social, o capital empresarial e o capital natural. A maioria das pessoas pensa que as “políticas de desenvolvimento” são responsabilidade exclusiva do Estado. Entretanto, ao se observar experiências bem-sucedidas, vê-se que na maioria dos casos existe um elevado nível de cooperação e parceria entre Estado, mercado (entendido aqui como o conjunto de agentes econômicos) e sociedade (o conjunto das organizações sociais de todo tipo).

Considerando distritos, municípios e microrregiões, o Brasil tem milhares de localidades onde é possível implantar o processo de desenvolvimento local. Se em um número considerável dessas localidades houver um processo em curso de DLIS, todo o

território nacional será coberto por uma rede de iniciativas capazes de melhorar o desenvolvimento humano e social sustentável do país, não sendo necessário, entretanto, cobrir todo o território nacional de vez. Se pequenas microrregiões adotarem essa prática de DLIS para introduzir processos semelhantes em sua vizinhança, haverá uma “contaminação positiva” entre as demais localidades. As estratégias de planejamento e gestão compartilhada, por serem participativas, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população local e facilitam a conquista da boa governança, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável. O ponto de partida é a sensibilização das lideranças locais para a construção de parcerias entre atores do Estado, do mercado e da sociedade, identificando potenciais parceiros capazes de ajudar, num processo de alocação permanente. É preciso, também, fazer levantamentos sobre a realidade local através dos aspectos econômicos, sociais, político-institucionais, culturais, ambientais, dentre outros. Outra possibilidade é envolver os artistas locais, para que criem instrumentos de difusão e conscientização sobre a realidade local, através de expressões artísticas, como teatro, música, apresentações culturais ou outras formas de fácil apreensão popular e que aproximem as pessoas da comunidade.

Identificar as vocações de uma localidade, que são as atividades que tiram proveito das vantagens comparativas e competitivas do lugar, aquelas atividades capazes de sustentar diversos tipos de empreendimento, tornando-os viáveis, sustentáveis e competitivos. São os eixos estruturantes do desenvolvimento local, a exemplo do que acontece com o projeto Rota Cultural “Caminhos do Frio”, que encontraram no turismo e em todas as atrações locais, possibilidades de alocação de recursos para a região.

2.5. Educação Ambiental como instrumento de conscientização

A partir das discussões sobre desenvolvimento local e sustentável surge também a necessidade de incorporar discussões sobre a educação ambiental, que se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe a atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incluir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental.

Segundo Dias (2003), é um ramo da Educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e a utilização sustentável de seus recursos. Aparece como um instrumento fundamental da sensibilização

da população para qualquer trabalho ou projeto voltado para o meio ambiente, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a evolução de problemas ambientais bem como sua gravidade.

O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, e hoje, tem culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais, tornando-se comuns contaminações de águas, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente. Dentro deste contexto, é clara a necessidade de educar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável, adequando práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos.

A educação ambiental enfatiza as regularidades, e busca manter o respeito pelos diferentes ecossistemas e culturas humanas da Terra. Dias (2003), destaca o dever de reconhecer as similaridades globais, enquanto se interagem efetivamente com as especificidades locais, é resumido no seguinte lema: *Pensar globalmente, agir localmente*. O seu conceito é, inclusive, discutido em lei (Lei nº 9.795 de 24/04/1999), sendo descrito como um conjunto de processos por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade. No Brasil, Educação Ambiental é considerada uma atividade recente, foi formalmente instituída no país pela Lei Federal de n. 6.938, sancionada a 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Esta lei se constitui num marco histórico na defesa da qualidade ambiental brasileira. Mesmo assim, a questão ambiental ainda é considerada pouco conhecida pela população no Brasil, e hoje atinge basicamente as classes mais privilegiadas da sociedade. Poucos sabem, por exemplo, que a Educação Ambiental já é lei no país e que ela abrange todos os níveis de ensino e para que toda a comunidade em geral tenham direito à essa educação e que os meios de comunicação colaborem para a disseminação dessas informações.

Um programa que incentive e almeje a educação ambiental, para ser efetivo, deve promover simultaneamente o desenvolvimento de conhecimento de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. A aprendizagem será mais efetiva se a atividade estiver adaptada às situações da vida real da cidade, ou do meio em que se vive. No atual conceito de mudança, essa educação em parceria com a conscientização torna-se mais urgente, pois é preciso oferecer uma educação que treine o

estudante, ou a população com o um todo, a se preocupar com as conseqüências ecológicas de seus atos. Deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas educacionais e sociais do local onde ele ocorre.

Desta forma, apenas os cidadãos educados ambientalmente, chamados ao diálogo a respeito das lições que englobam a educação cívica, (incluindo a não depredação do meio ambiente) percebem a relevância de práticas que propiciem e que impulsionem ações e empreendimentos de qualquer cunho que vise o desenvolvimento econômico sustentável, e conseqüentemente, os aspectos da cultura de uma comunidade e o próprio local com seus atrativos naturais, podem impulsionar práticas desenvolvimentistas.

2.6. Cultura e Potenciais Turísticos: fatores de Desenvolvimento

Economia e Desenvolvimento são aspectos da cultura de um povo. A cultura, por sua vez, é parte do processo propulsor da criatividade, gerador de inovação econômica e tecnológica. A diversidade cultural produz distintos modelos de geração de riqueza que devem ser reconhecidos e valorizados (www.cultura.gov.br). Cultura é também entendida como práticas e ações sociais que seguem um padrão em determinado espaço territorial, referindo-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e identifica uma sociedade, é a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período, com determinantes biológicas e geográficas (Laraia, 1989). Têm como função básica a manutenção da coesão do grupo de seus portadores, afrontando às mudanças introduzidas por processos econômicos e políticos, internos e externos.

A concepção de cultura do antropólogo Clifford Geertz aparece como um conceito “semiótico” a ser estudado como uma atividade interpretativa baseada em dados etnográficos (Geertz, 1978) em um padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças, é o encontro entre o mundo tradicional e o mundo moderno, que, em sua dinâmica, desenvolve-se de outra forma. Os processos de intervenção social devem buscar principalmente o resgate da auto-estima dos grupos e populações, a fim de estimular sua criatividade e suas capacidades (formação de agentes de mudança).

Segundo Cavalcanti (2001), o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais podem exercer um papel importante nas políticas e projetos que visem a superação do estado de pobreza e a integração de populações marginalizadas e excluídas,

aproveitando os atrativos e os aspectos locais para estimular a prática do turismo, por exemplo.

No caso do turismo, é notório também entre destinos, que se exige padrões de qualidade cada vez mais elevados dos produtos ofertados, bem como diferenciais. É a composição de um somatório de itens que transcendem o atrativo, a hospitalidade, a exemplo da promoção, do acesso e da sustentabilidade, criando um conceito inovador e único de competitividade. No caso da hospitalidade é uma dinâmica que pode ser orientada e trabalhada para o melhor desenvolvimento da atividade, agregando benefícios aos atores envolvidos no fenômeno, ou seja, comunidade, iniciativa pública, iniciativa privada, visitantes e turistas.

Sendo assim, atualmente, configuram-se as políticas públicas de turismo no Brasil - emergindo para além dos aspectos simplesmente econômicos e abordam concomitantemente questões sociais e mercadológicas. Como ação primeira, o Ministério do Turismo - MTur elaborou, em abril de 2003, o Plano Nacional do Turismo, contendo as diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística no quadriênio 2003 – 2007, seguindo a premissa da ética e da sustentabilidade e diminuição das desigualdades regionais e sociais; equilíbrio do balanço de pagamentos; geração de postos de trabalho e geração e distribuição de renda (RELATÓRIO BRASIL, 2003).

O Sistema Sebrae tem como missão garantir a sustentabilidade dos pequenos negócios, atuando nas mais variadas e importantes cadeias produtivas do país. O turismo é uma delas, já que representa uma real possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico, inclusão social e geração de renda, contribuindo de forma expressiva para crescimento do número de postos de trabalho em nosso País. Atuando em todo território nacional com mais de 180 projetos de turismo, o Sebrae contribui, juntamente com seus mais de 800 parceiros, para o sucesso das políticas públicas e empresariais do setor, atendendo a mais de 110 mil pequenas e micro empresas e empreendedores e consolidando, assim, sua posição como agência de desenvolvimento e de geração de conhecimento para a melhoria da gestão e competitividade (IBDEM).

Uma das conclusões que pode ser extraída desse quadro de contrastes é que o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento, somente uma articulação ético-política pode direcionar uma efetiva mudança social e cultural, reorientando a produção de bens materiais e imateriais, reconciliando o crescimento econômico com as formas de desenvolvimento sustentável, e o turismo alternativo e

consciente – onde se busca o descanso, o bem estar, o contato com a natureza -, aparece como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável.

2.7. Turismo Rural e Ecoturismo

O Turismo Rural é conhecido como a atividade turística que ocorre na zona rural, utilizando de atividades agrícolas como atrativos turísticos, apresenta-se também como fonte alternativa de recursos para regiões rurais, que carecem de atividades que impulsionem a renda e a produtividade local (Moletta, 2004). O Turismo - viagem de deslocamento do local de residência feita por prazer - precisa de um incentivo: o local precisa despertar interesse. No caso do turismo rural e conseqüentemente do ecoturismo, a herança cultural e a história de vida podem ser aspectos que motivam as pessoas a praticar as atividades turísticas, atraídas por uma “volta a um tempo mais simples”.

Estudiosos do grupo de pesquisas denominado “Projeto Rurbano”, destacam que, nas duas últimas décadas, o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido a pequena geração de renda. Entretanto essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviço, comunicação, podendo-se dar destaque o turismo rural como uma atividade indutora do crescimento de ocupação não agrícola no meio rural (Graziano da SILVA, 1997, BALSADI, 1997, Del GROSSI, 1997, apud ALMEIDA, RIEDL, 2000). Constitui-se, então, numa atividade de lazer realizada no ambiente rural, com a valorização desse ambiente, podendo englobar as modalidades como turismo ecológico, conceito que adiante também será descrito, de aventura, cultural, social, destinado para jovens ou idosos, dentre outras. Há, também, uma associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. O ambiente rural também vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande parcela, estão contribuindo para redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana. Fatores como a ampliação da comunicação, da melhoria das estradas, a expansão das residências secundárias e dos sítios de lazer ou até mesmo a criação de condomínios fechados em áreas rurais, considerados uma opção de segurança, conforto e qualidade de vida, sem dúvida impulsionam este setor. O estresse e o crescente custo de vida urbano, decorrentes do crescimento intenso e desordenado das cidades, fazem, também, com que a população busque ambientes mais ‘saudáveis’, bem como a busca de um estilo de vida ‘exótico’, por um isolamento e proximidade com a natureza.

Na presente pesquisa, temos o turismo ecológico ou ecoturismo, juntamente com o turismo rural, como o grande apelo de marketing para a prática da política de alocação de renda, experimentadas também pelo poder público regional. Define-se como ecoturismo a prática de atividades em áreas naturais nativas, pouco alteradas ou já recuperadas, que se abastecem de forma sustentável do patrimônio natural, incentivam a sua conservação e promovem a formação de uma consciência ambientalista, envolvendo a população local, como núcleo receptor.

Alguns impactos negativos também podem ocorrer, segundo Moletta (2004), mesmo em grupos de turistas conscientes e integrados no meio ambiente. Dentre eles: o pisoteio excessivo em uma trilha, causando erosão no terreno, com ajuda da chuva; destruição da vegetação ao longo das trilhas, o excesso de lixo orgânico deixado pelos turistas que podem atrair insetos de variados tipos, dentre outros problemas não enumerados. Para evitar tais transtornos, além do conhecimento sobre o atrativo visitado, é importante que o turista receba maiores informações sobre a conduta esperada. Entre algumas regras básicas estão a não retirada de elementos da natureza como recordação, carregar o lixo produzido, mesmo quando se tratar de matéria orgânica, manter-se na trilha mesmo que ela esteja molhada, respeitar as árvores e os animais não danificando-os. Enfim, premissas que farão com que o turista e o local visitado mantenham uma relação exclusivamente positiva com o território, com aspectos locais e particulares, a gestão pública terá um papel de fundamental relevância na tomada desse processo de valorização e identificação das particularidades e atrativos locais.

2.8. Gestão e governança territorial local

A elaboração da Agenda 21, no início da década de 90, contribuiu para impulsionar a criação de abordagens territoriais a partir de redes de comunicação, buscando-se soluções para os problemas referentes à sustentabilidade e à tentativa de conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento. Os princípios do desenvolvimento sustentável formaram a base da Agenda 21, um documento aprovado por mais de 180 países durante a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente no Rio de Janeiro, em 1992. Desde então, esses preceitos têm sido progressivamente incorporados à agenda de numerosos países, principalmente no âmbito local. Assim, ampliou-se a consciência de que os problemas ambientais não são assunto de um setor restrito da economia ou da sociedade nem se restringem aos danos causados ao ambiente físico natural, mas envolvem as relações

sociais em um determinado território (Barbieri, 1997). Como reflexo da Agenda 21, surgiu uma grande necessidade de geração e divulgação de informações para a resolução de problemas locais, não só os referentes a assuntos de conservação do meio ambiente.

O território (o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais) emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência dos males sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência. Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais, tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial.

Não são muitos os autores que têm se referido à governança na sua dimensão territorial, ou mais precisamente, na sua relação com o debate sobre desenvolvimento. Conforme Bandeira (2000), a incorporação do conceito de governança relativos à abordagem do desenvolvimento territorial ou local é relativamente recente. Até a década de setenta predominavam, ainda, as abordagens focalizadas na ação do governo, que viam na atuação do setor público o motor do processo de desenvolvimento. Na década de oitenta, essa compreensão ampliou-se, passando a estar focalizada na administração do desenvolvimento, incorporando a avaliação da capacidade do Estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade. Na década de noventa, a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada tanto na capacidade do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento. Passou a ser crescentemente enfatizada a natureza democrática da governança, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo de desenvolvimento, sendo possível afirmar que o desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais

e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população, lembrando que a política territorial não consiste mais em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes, mas ao contrário, em despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas. Melhorar a qualidade de vida sem agredir o meio ambiente são práticas cada vez mais utilizadas de *empreendedorismo social*, uma crescente forma de visão de desenvolvimento onde os setores estão interligados, ou seja, a população atua em conjunto dentro das potencialidades existentes no seu ambiente, de forma integrada e sustentável.

2.9. Empreendedorismo Social e Sustentável

O tema empreendedorismo social é novo em sua atual configuração, mas na sua essência já existe há muito tempo. Antes de relatar o que é empreendedorismo social, inicialmente, será explicado o que não é empreendedorismo social (MELO NETO, 2002). O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que já se mostraram inadequadas, não somente para os “ajudados”, mas também para os negócios e para a sociedade.

De forma mais específica, o empreendedorismo social pode ser considerado como:

- Um novo paradigma de intervenção social, pois apresenta um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade.
- Um processo de gestão social, apresentando, uma cadeia sucessiva e ordenada de ações, que pode ser resumida em três fases, concepção da idéia, institucionalização e maturação da idéia e multiplicação da idéia.

Os benefícios do empreendedorismo social para a população são diversos, segundo Melo Neto (ibdem). Como um processo de transformação da sociedade, se caracteriza por diversos elementos como o aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio;

aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento; mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua auto estima; aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais; aumento do sentimento de conexão das pessoas com a sua cidade, terra e cultura; estímulo ao surgimento de novas idéias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento; transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais; inclusão social da comunidade; busca de maior auto- suficiência pelos membros da comunidade local; melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

O impacto social desta idéia-visão-modelo está relacionada intimamente a capacidade de gerar benefícios, diretos e indiretos, para o maior número possível de pessoas afetadas pelo problema social, e de provocar mudanças significativas na estrutura e funcionamento do sistema atual. A idéia também deve ser facilmente assimilada por todas as pessoas envolvidas, agentes de mudança, gestores e executores do projeto, parceiros e, sobretudo, pela população beneficiada. Sua difusão e adoção devem ser imediatas, contínuas e permanentes e no tópico seguinte, têm-se um claro exemplo de empreendedorismo que se baseia em aspectos locais e sustentáveis, com forte participação de atores locais.

2.10. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Civilizações do Açúcar e a Rota Cultural “Caminhos do Frio”

O 1º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em junho de 2005, apresentou uma mostra dos produtos turísticos brasileiros desenvolvidos no 1º ano de implementação do Programa de Regionalização. Ressalta-se que naquele momento o processo de roteirização turística ainda era um desafio novo para o país, em 2005, foram apresentados 451 produtos turísticos com 959 municípios de 134 regiões turísticas, alguns desses produtos envolviam vários municípios e outros eram compostos apenas de um município.

Segundo site do Ministério do Turismo (www.turismo.gov.br), já no segundo Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, que aconteceu em 2006, foram apresentados 396 roteiros turísticos ao País, envolvendo 1.027 municípios e 149 regiões turísticas, desenvolvidos pela área pública, privada e organismos não governamentais de todas as Unidades Federadas Brasileiras, que compõem a Rede Nacional de Regionalização do Turismo, formalizada durante a implementação do **Programa de Regionalização do Turismo – “Roteiros do Brasil”**. Os roteiros apresentados são qualificados para atender com qualidade os turistas

nacionais e internacionais e trazer desenvolvimento às comunidades receptoras, com base nos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural, de acordo com o Ministério do Turismo, que trabalha para que esses roteiros obtenham o padrão internacional de qualidade (www.turismo.gov.br).

O Programa de Regionalização do turismo é um programa estruturante do Ministério do Turismo que propõe um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. Almeja modificar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. É, também, esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social, que tem como objetivo: ampliar e qualificar o mercado de trabalho; melhoria da qualidade do produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional e aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista.

Diante disso o que se pode perceber é o amadurecimento do processo de regionalização do turismo no País e a consolidação da roteirização turística como forma de ordenamento da oferta turística brasileira, onde vários municípios foram apresentados individualmente no Salão em 2005, como produto turístico, apesar da tendência de integração seguida pelo projeto Roteiros do Brasil desde 2006. Desde então, houve um aumento do número de municípios envolvidos, aumento no número de regiões turísticas e uma redução no número dos produtos, já que todos os produtos apresentados são roteiros turísticos que contemplam mais de um município.

Entende-se a roteirização como uma forma de ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira, respeitando os princípios da cooperação e integração intersetorial. É válido ressaltar que esse era um dos objetivos do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 ao propor a implantação do Programa de Regionalização do Turismo, que se apresenta materializado de forma clara na 2ª Edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil.

Através deste projeto, é possível realizar uma viagem pelas belezas, diversidade cultural e gastronômica, pelos encantos de Norte a Sul, pela força do turismo que impulsiona a economia de várias partes do imenso Brasil. É o que os visitantes, estudantes, turistas e curiosos puderam encontrar na terceira edição do Salão de Turismo do Brasil - "Viaje por todo o Brasil em um só lugar", que aconteceu em São Paulo entre os dias 18 e 22 de Junho

deste ano, no Centro de Convenções Anhembi (até o momento não houve disponibilização de dados em tabelas ou em cadastros por região). Aberto pelo ministro do Turismo, Luiz Carlos Barretto, prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, secretários estaduais de Turismo, autoridades estaduais e federais e empresários do setor, conferiram a expansão neste ano da indústria turística, consolidando-se como uma das molas propulsoras da economia brasileira atraindo cada vez mais turistas ao País e fomentando a atividade regional. É uma cadeia que emprega mais de seis milhões de pessoas em todo o território, formal e informalmente. A diversidade turística e cultural brasileira foi demonstrada ao público presente à abertura do Salão pelas manifestações de dança, canto e percussão realizadas no evento.

Dentro do “Roteiros do Brasil”, encontra-se a **Rota Cultural “Civilizações do Açúcar”** (www.turismo.gov.br), inspirada na importância histórica da exploração da cana-de-açúcar e de seus derivados na colonização e na formação do Brasil. Resultado da parceria entre Sebrae, Ministério do Turismo, Fundação Gilberto Freyre e outros parceiros, o Roteiro Integrado Civilização do Açúcar vai explorar a riqueza cultural da região. A ‘Civilização do Açúcar’, que compreende os Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, agregará valores culturais aos produtos e serviços oferecidos aos turistas em cerca de 20 cidades, onde estão os engenhos de açúcar. A meta da iniciativa é gerar um roteiro comum aos três estados, com o diferencial cultural. O projeto envolve 200 empresas do segmento de hotéis, pousadas e restaurantes e 50 produtores culturais. A expectativa é de que o projeto aumente o faturamento desses empreendimentos e empreendedores em 20%, segundo dados extraídos do Sebrae - PB.

Seis municípios do Brejo Paraibano compõem atualmente o “Roteiro Integrado Civilização do Açúcar”. Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Pilões e Serraria, estão incluídas no projeto de turismo cultural em construção pelo Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e os Governos da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas. Os governos da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e o Sebrae Nacional assinaram em maio deste ano Acordo de Compromisso visando aportar recursos técnicos e financeiros para implantar as ações e demais iniciativas necessárias à execução e estruturação do "Projeto Roteiro Integrado Civilização do Açúcar", que tem foco na comercialização e na integração do turismo cultural. O compromisso foi assinado na cidade de Alagoa Grande, no Engenho Lagoa Verde, pelos secretários de Turismo da Paraíba, Roberto Braga; de Alagoas, Virgínio Loureiro; de Pernambuco, Sílvio Costa Filho; além da representante do Sebrae Nacional, Valéria Barros e os respectivos representantes do Sebrae nos três Estados.

O secretário de Turismo da Paraíba, Roberto Braga, avaliou que o Roteiro Integrado Civilização do Açúcar se tornará um projeto permanente e será um roteiro dos mais importantes do Brasil, pela importância histórica e cultural dos engenhos de cana-de-açúcar, de cachaça e rapadura.

Esses mesmos seis municípios compõem, além do Roteiro Integrado Civilização do Açúcar – Caminhos dos Engenhos, o mais novo roteiro da região, o **“Caminhos do Frio – Rota Cultural”**. A proposta é realizar mostras culturais de dança, artes visuais, artes cênicas, literatura, cinema e folclore. Também são promovidas diversas oficinas de capacitação durante a programação da manhã e da tarde e shows durante a noite, onde os talentos locais têm espaço para apresentações, mas os eventos também contam com a participação de artistas de renome no cenário nacional, lembrando que não apenas são oferecidos entretenimento, mas ressalta-se a identidade local para o benefício da população e para a riqueza cultural das cidades. Os municípios participantes atuam em caráter uniforme, cada um com três dias em finais de semanas para o exercício dos eventos programados.

Implementado em 2006, onde o evento só ocorreu em Bananeiras com o nome “Diálogos da Criação”, o projeto Caminhos do Frio teve sua terceira edição no ano de 2008, objetivando o aproveitamento do frio, tão característico nessa região durante o inverno, nos meses de Julho e Agosto, como alternativa de turismo. Aposta-se também no grande potencial cultural do Brejo paraibano. A realização do “Caminhos do Frio - Rota Cultural” deverá aquecer, e muito, a economia paraibana. É o que foi relatado pela a coordenadora de Turismo do Sebrae na Paraíba, Regina Amorim, afirmando que, segundo estimativa feita pela instituição, cada município que fará parte do projeto recebeu cerca de 4 mil visitantes no ano retrasado, sendo essa a média mínima por evento. Com isso, a previsão média é de que haja um incremento na economia de aproximadamente R\$ 120 mil por município, supondo o gasto por turista de R\$ 30 e um total de R\$ 720 mil para toda a região. Para participar do “Caminhos do Frio”, cada cidade faz um investimento de cerca de R\$ 40 mil, e a expectativa é de que o retorno seja três vezes maior do que o investimento realizado (www.sebraepb.com.br). Estima-se que circularam pelos municípios mais de 30 mil visitantes, demonstrando bastante o visível aumento de visitas no total por região, no período de julho e agosto, meses da programação da Rota. E durante as seis semanas do evento os visitantes sempre podem desfrutar dos atrativos históricos, gastronômicos, apresentações artísticas e das mais de 27 oficinas culturais, característicos da região.

2.10.1. Brejo Paraibano: as cidades participantes e atrativos locais

Compõem o “Caminhos do Frio” as cidades de Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia, Serraria, Bananeiras e Pilões. O Brejo paraibano já conta com um aumento de 30% na produção local devido ao turismo, de acordo com dados extraídos no site do SEBRAE e que foram divulgados pelos organizadores do roteiro integrado Caminhos do Frio que avaliaram o novo destino turístico como um dos mais promissores do Estado.

Com essas estimativas, até 2010, o Brejo deixará de ser uma rota de baixa estação para receber os visitantes e mostrar a construção do ciclo canavieiro brasileiro, além de revelar a história de ícones da cultura, como Jackson do Pandeiro, natural de Alagoa Grande, num passeio por seis cidades. O objetivo é elevar o número de visitantes em 30% na região a cada edição do evento. Uma das atrações de grande suporte é o teatro, não só pelas apresentações artísticas que encabeçam, mas pelos seus aspectos físicos e históricos. Em duas das cidades participantes do evento (Areia e Alagoa Grande) dispõem do segundo e terceiro teatros mais antigos da Paraíba, respectivamente. A seguir, pode-se observar uma ilustração do Largo do Teatro Sta. Ignês, em Alagoa Grande:

Foto 1: Largo do Teatro Santa. Ignês – Alagoa Grande



Fonte: www.sebraepb.com.br

A Rota/Circuito tem como característica o fato de que a cada semana uma cidade sedia a programação atraindo visitantes para os municípios da Rota estimulando o comércio local, principalmente no ramo da hospedaria e de restaurantes, bem como o artesanato local. A programação do roteiro tem como principais pontos de distribuição hotéis e pontos estratégicos pelas agências do Sebrae do Estado. O primeiro município a entrar na programação em 2008 foi Alagoa Nova com a pré-abertura da “III Festa da Galinha de Capoeira”, no dia cinco de Julho. O evento fez o resgate da típica gastronomia regional com os sabores da terra. A segunda cidade foi Areia, com o “Frio, Música e Arte”, a cidade do

pintor Pedro Américo e do segundo Teatro fundado no Estado. A programação seguiu pelos municípios de Serraria, com o “Cultura, Seresta e Natureza”, que apresentou caminhos de engenhos tradicionais e destacou-se também por ser a “terra da seresta”. Bananeiras, cidade que atualmente recebe vários empreendimentos de caráter econômico-sustentável, a exemplo de pousadas com amplas áreas verdes, promoveu o “Aventura e Artes na Serra” onde esportes de aventura eram a principal atração aos visitantes. O Rei do Ritmo, Jackson do Pandeiro, tem a história revelada em Alagoa Grande, no “Festival de Arte e Cultura”, próximo município a receber as atrações do “Caminhos do Frio” e sua terra natal, que também possui o terceiro Teatro mais antigo da Paraíba. Vale lembrar também que a cidade tem como conterrânea o ícone da luta pela terra no país, Margarida Maria Alves, brutalmente assassinada há 25 anos.

Finalizando têm-se Pilões, que em pleno Brejo tem uma imensa floricultura mantida por mulheres (ex-agricultoras) que são responsáveis por exportar o produto paraibano para diversas regiões. A Pedra do Espinho também é outra atratividade turística do município, que encerra a programação deste ano com a tradicional “Festa das Flores”. Nas duas ilustrações seguintes as cidades de Areia e Pilões apresentam seus diferenciais perante outras cidades da Paraíba ou até mesmo do Nordeste, Areia pode chegar a ter temperaturas que chegaram a variar entre 20° e 27° nos últimos vinte anos, segundo o Depto. de Solos e Engenharia Rural (DSER) da UFPB, Campus Local.

Foto 2: Areia, demonstrando seu clima frio.



Foto 3: As flores de Pilões.



Fonte: www.sebraepb.com.br

Em seguida será feita uma descrição de como foram coletados os dados, a partir do estudo feito mediante o acontecimento do “Caminhos do Frio” nos municípios descritos.

CAPÍTULO III

ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipo de pesquisa

Ao definir a metodologia do presente trabalho utilizou-se como pressuposto para determinação do tipo de pesquisa a classificação encontrada em Vergara (2004), que permite qualificá-la em relação a dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa proposta pode ser caracterizada como exploratória, pois tem o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e descritiva por analisar uma realidade. De acordo com Gil (1996), o objetivo principal deste tipo de pesquisa é o aprimoramento de idéias ou descobertas de intuições. Por ser descritiva, demonstra características de determinada população ou de determinado fenômeno. A pesquisa foi qualitativa, objetivando uma melhor compreensão dos aspectos da situação em estudo.

Quanto aos meios, a pesquisa foi identificada como bibliográfica e de campo. Bibliográfica porque é utilizado um levantamento de informação acessível ao público em geral, como em revistas, livros, jornais e redes eletrônicas. E de campo porque houve investigação onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo, e também a entrevista realizada com uma pessoa que teve experiências práticas com o problema pesquisado, que foi o caso dos sujeitos de pesquisa, a Secretária de Cultura e Turismo da cidade de Bananeiras, cidade que idealizou o projeto “Rota Cultural Caminhos do Frio” e que é também a Tesoureira do projeto.

Quanto aos sujeitos, são as pessoas que forneceram os dados de que se necessitou para atingir a meta da pesquisa. Várias pessoas foram utilizadas como fontes vivas durante a coleta dos dados necessários a este projeto. Pessoas engajadas direta ou indiretamente com o projeto, como representantes do SEBRAE Guarabira, onde aconteceram várias reuniões que definiram programações do evento, mas também o sujeito fundamental a esta pesquisa foi a Secretária de Cultura e Turismo da cidade de Bananeiras, que compõe a “Rota Cultural Caminhos do Frio”.

3.2. Universo e Amostra

Neste trabalho, foi realizada uma investigação em uma amostra representativa de um universo ou população que foram todas as pessoas envolvidas com a realização do projeto através de observações no SEBRAE, durante as reuniões sobre a realização do evento, dentre essas pessoas estão os Secretários e Cultura e Turismo das cidades de Alagoa Nova,

Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Pilões e Serraria, as pessoas responsáveis e representantes de cada cidade perante o Governo Estadual. Partindo-se do critério de representatividade, por Bananeiras ser a primeira cidade a ingressar no evento e por ter sido a pioneira do projeto, entrevistou-se a secretária de Cultura e Turismo local, Ana Maria Gondim, que é também a responsável por decidir sobre as atrações que enriquecerão o evento, e é também a tesoureira do projeto “Caminhos do Frio”.

3.3. Instrumentos de pesquisa

Os dados foram coletados de três maneiras distintas. Primeiramente foi realizada como fonte de pesquisa um levantamento bibliográfico extenso, através de documentação já existente, como consultas em livros, revistas e sites acerca do tema (ver Referências Bibliográficas). Também foi realizada uma entrevista definida segundo Gil (Ibdem) como parcialmente estruturada, guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador pode explorar, junto a Secretária de Cultura e Turismo do município de Bananeiras, como forma de aprofundar a realidade dos dados. Por fim, pode-se especificar também que houve observação direta e não participante na cidade de Alagoa Grande, onde a autora pôde presenciar o acontecimento do evento no ano passado.

3.4. Período de realização da pesquisa

A coleta de dados para a pesquisa aconteceu durante os meses de Junho, Julho e Agosto do ano de 2008, onde foram realizadas visitas ao SEBRAE Guarabira, e também caracterizado como o período de planejamento (meses citados anteriormente), elaboração e realização do evento este ano, também quando houve contato direto e troca de informações com a entrevistada, ou o sujeito da presente pesquisa.

3.5. Tratamento dos Dados

Os dados inicialmente foram tratados como qualitativos, já que houve observação a partir da presença no evento, onde houve a imersão do pesquisador no fenômeno em estudo, mesmo que não em sua totalidade.

Posteriormente, a fim de consolidar os dados, tratou-se os mesmos como quantitativos, pois as respostas da entrevista foram transformadas em números e

porcentagens agrupadas na seqüente análise dos resultados. De uma forma ou de outra, o objetivo foi analisar a eficácia da iniciativa pública regional.

3.7. Limitações do Método

A limitação inicial foi a falta de dados escritos ou documentados, até pela recente criação e efetivação do evento. Assim, ouvir a Secretária de Cultura e Turismo, bem como os representantes do SEBRAE Guarabira, foi de suma importância na consolidação dos dados, e praticamente a inexistência de trabalhos realizados com este fim e neste evento, também se expressou como grande limitação.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No período da pesquisa (Junho, Julho e Agosto de 2008), houve contato com diversas pessoas engajadas na organização do evento, a exemplo dos que fazem o SEBRAE Guarabira, que sedia as reuniões para a formulação do projeto, a secretária de cultura e turismo do município de Bananeiras, escolhida pela sua representatividade, conforme o que foi relatado no Capítulo II.

Constatou-se que a origem do roteiro cultural “Caminhos do Frio” foi a partir de idéias da Secretaria de Cultura e Turismo de Bananeiras, onde o Circuito do Frio realizado no interior de Pernambuco serviu de inspiração. Procurou-se, com essa iniciativa, a incrementação do fluxo turístico na região do Brejo Paraibano, ao mesmo tempo em que se estaria resgatando, preservando e difundindo as diversas manifestações culturais características do local. Isso tudo, conseqüentemente, visando, também o aquecimento da economia em cada município que recebe o projeto, oriunda esta do turista quem vem participar dos eventos. Segundo Ana Maria Gondim, Secretária de Cultura de Bananeiras e Tesoureira do projeto Rota Cultural “Caminhos do Frio”, a idéia foi lançada no dia 17 de outubro de 2005, quando foi realizado o I Seminário de Regionalização do Turismo no Brejo Paraibano, que aconteceu em Bananeiras e teve o auditório da UFPB como sede. Ainda segundo Ana:

O próximo passo foi procurar parceiros para fazermos um projeto e captarmos recursos, o que conseguimos com o apoio da UFPB, depois de projeto pronto, o enviamos para o FIC Augusto dos Anjos (Fundo de Incentivo à Cultura do Governo do Estado), aprovamos e realizamos o DIÁLOGOS DA CRIAÇÃO (primeiro nome do evento).

Dentro desse primeiro evento, disponibilizou-se uma tenda para cada município do Brejo que tinha interesse sediar o evento para dar segmento ao roteiro cultural nos anos posteriores. Não se pôde saber por que municípios como Campina Grande e Guarabira, que estavam cotados para sediar o evento, em sua primeira edição não fizeram e nem fazem mais parte do Roteiro. As cidades que ingressaram a partir do segundo ano e que estão inseridas no projeto até a edição atual têm a característica em comum de possuírem engenhos, e por esta razão, (também por estarem localizados no Brejo) e a partir do interesse do governo de cada município, foram eleitos para participar do evento. A seguir, apresenta-se a antiga Estação de trem em Bananeiras, um dos atrativos históricos do local.

Foto 4: Estação de trem em Bananeiras.



Fonte: www.sebraepb.com.br

Com uma vasta programação cultural de shows musicais, apresentações teatrais (ver ilustração 5), exibição de filmes e oficinas, os visitantes podem percorrer as cidades de forma independente ou através de excursões em agências de viagens, que já se organizam para tanto. Estima-se que o Brejo deixará de ser uma rota de baixa estação, recebendo visitantes e mostrando a construção do ciclo canavieiro brasileiro. Há destaque também para a história de ícones da cultura, como Jackson do Pandeiro, que teve um museu inaugurado em sua homenagem no presente ano de 2009, em Alagoa Grande, que também possui o terceiro teatro mais antigo da Paraíba, destacado na seguinte figura.

Foto 5: Teatro Sta. Ignês, Alagoa Grande.



Fonte: www.sebraepb.com.br

A seguir, os dados coletados a partir da entrevista realizada são transformados em números, onde pode-se visualizar a viabilidade e os benefícios do projeto para a região.

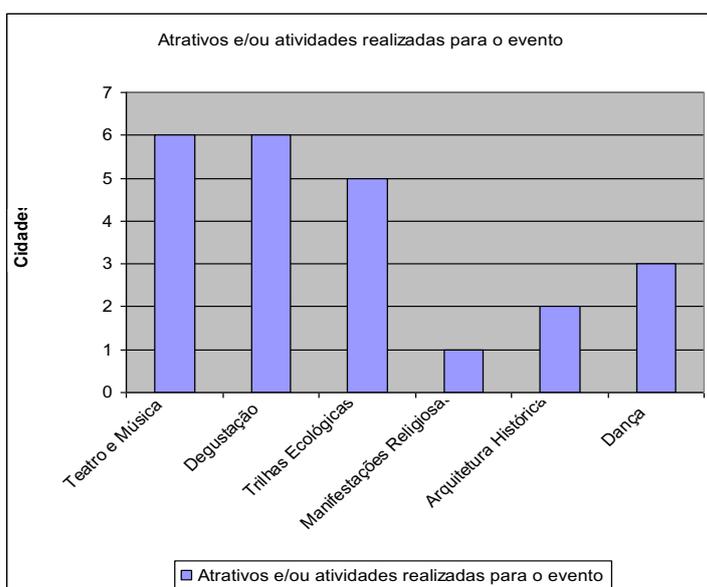
Ao ser questionada sobre quais as atividades realizadas durante o evento em cada cidade, foram relatadas que em todos os municípios houve atividades de Teatro e Música, bem como amostra de Degustação, que envolve pratos típicos locais e cachaças. Trilhas Ecológicas aparecem em cinco das seis cidades, seguidas de atividades de dança, que aparecem em três, arquitetura histórica, e por fim, aparece também manifestações religiosas, que servem de atrativo para um município. Todas as atividades relatadas são voltadas para o desenvolvimento sustentável, ou seja, utilizam-se de atrativos locais e/ou naturais para o acontecimento do evento.

TABELA 1: ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O EVENTO

<i>RESPOSTAS</i>	<i>QUANT. CIDADES</i>	<i>PERCENTAGEM (%)</i>
Teatro e Música	6	100
Degustação	6	100
Trilhas Ecológicas	5	83,33
Manifestações Religiosas	1	16,67
Arquitetura Histórica	2	33,33
Dança	3	50

Fonte: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 1.



A segunda questão relevante foi sobre a quantidade de cidades participantes a cada ano do evento, colhendo estes dados, percebe-se que o evento está caminhando para a

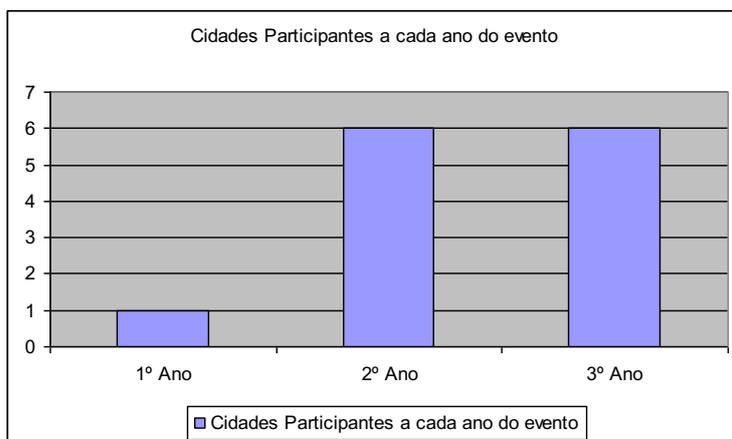
consolidação, não houve diminuição no número das cidades participantes, a partir do segundo ano. Ressaltando que os municípios que fazem parte do roteiro são: Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Pilões e Serraria. Assim, os governantes de cada cidade continuam a demonstrar interesse pela participação no evento, o que efetiva o sucesso do empreendimento.

TABELA 2: CIDADES PARTICIPANTES A CADA ANO DO EVENTO

<i>RESPOSTAS</i>	<i>QUANT. CIDADES</i>	<i>PERCENTEM (%)</i>
1º Ano (2006)	1	16,67
2º Ano (2007)	6	100
3º Ano (2008)	6	100

Fonte: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 2.

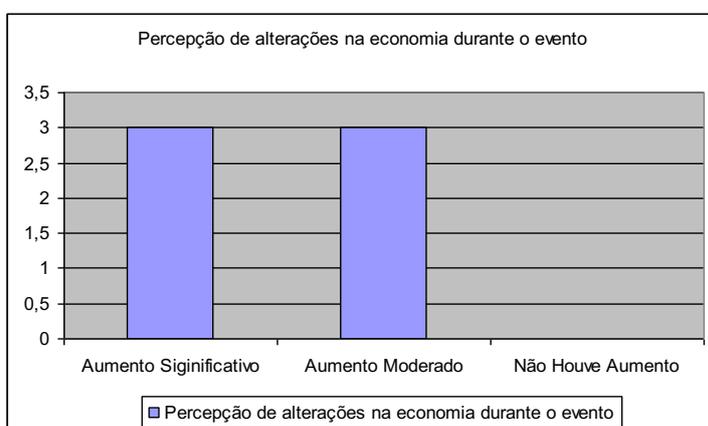


A seguir, perguntou-se sobre a percepção de um maior desenvolvimento na economia local, durante o acontecimento do evento. Em três municípios, foi visualizado um aumento significativo na movimentação da economia local durante o evento, onde, segundo Ana Gondim, o roteiro já está integrado ao calendário de eventos local, como o aniversário de emancipação do município. Em outros três, o aumento foi moderado, por conta do tamanho das cidades e a dificuldade em diversificar as atrações oferecidas durante o roteiro, ou seja, devido a problemas de infra-estrutura. Em nenhuma cidade foi relatada o não aquecimento da economia local, ao menos durante a passagem do projeto pelo município.

TABELA 3: PERCEPÇÃO DE ALTERAÇÕES NA ECONOMIA DURANTE O EVENTO

<i>RESPOSTAS</i>	<i>QUANT. CIDADES</i>	<i>PERCENTAGEM (%)</i>
Aumento Significativo	3	50
Aumento Moderado	3	50
Não Houve Aumento	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo

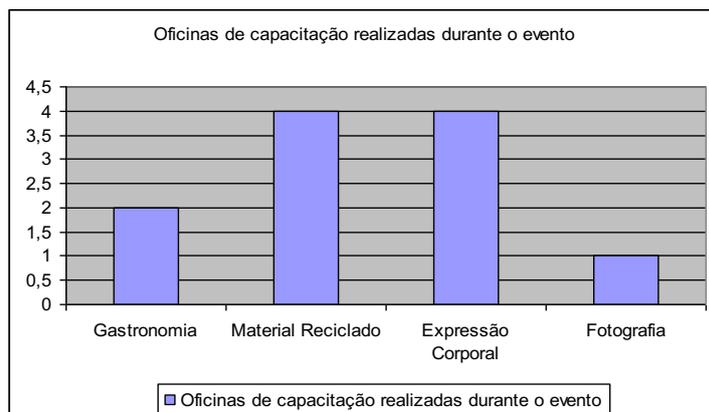
GRÁFICO 3.

Na última questão apresentada, destacou-se as oficinas que são oferecidas por cada município como forma de capacitação de pessoas que vivem na região, ou que somente participaram como visitantes do roteiro. Oficinas de Material Reciclado e Expressão Corporal (danças regionais, capoeira, entre outros), aparecem em quatro municípios, Gastronomia em dois e Fotografia em um município. Desta forma, pode-se perceber que estas oficinas dirigidas vão ultrapassar a data de acontecimento do evento em cada município.

TABELA 4: OFICINAS DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS DURANTE O EVENTO

<i>RESPOSTAS</i>	<i>QUANT. CIDADES</i>	<i>PERCENTAGEM (%)</i>
Gastronomia	2	33,33
Material Reciclado	4	66,67
Expressão Corporal	4	66,67
Fotografia Autoral	1	16,67

Fonte: Pesquisa de Campo

GRÁFICO 4.

Segundo o SEBRAE PB e a Secretaria de Educação do Estado, mais de 600 crianças e jovens que ainda estão aprendendo história da Paraíba e do Brasil participam da rota este ano, através de excursões semanalmente programadas. O roteiro turístico é resultado da parceria entre Sebrae, Governo do Estado, através da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e Sub-secretaria de Cultura e prefeituras dos municípios participantes.

Viu-se, então, que mesmo estando em fase de aprimoramento, o projeto só trouxe vantagens, e concretas, além do aumento considerável de turistas, pode-se avaliar muito bem o crescimento do mesmo, comparando-o com os anos anteriores em números de turistas, por exemplo, esse ano teve-se um aumento de 60% do fluxo, em relação ao período dos anos anteriores, segundo Ana Gondim. Isto significa aumento da circulação de capital financeiro vindo de fora, e também da valorização de diversas áreas de cultura que passa pela auto estima, o conhecimento e atualização que a população (público alvo destas oficinas), tem acesso através da diversas oficinas que são realizadas durante o evento. A valorização de atrativos locais e dos recursos naturais é o grande e importante apelo do projeto, que deve continuar agradando e apresentando todo o Brejo para a Paraíba, ou até para outros Estados.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem negar a validade das ações e ao mesmo tempo a necessidade de uma profunda reformulação da política regional brasileira, a avaliação dessas políticas merece uma consideração prévia: não se pode esperar resultados radicais em períodos relativamente curtos - como é o caso do projeto em questão, que está em apenas em sua terceira edição - já que se trata de questões estruturais com profunda herança histórica, como é o caso de toda a região Nordeste, incluindo o Estado da Paraíba, que tanto carece de práticas desenvolvimentistas.

Uma prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável para a efetivação da gestão territorial, com vistas ao desenvolvimento territorial. A gestão do desenvolvimento, realizada na perspectiva público-privada, implica numa revalorização da sociedade, e todos os seus aspectos culturais, naturais, enfim, todos os potenciais, assumindo o papel de protagonista, com postura propositiva, sem, no entanto, diminuir o papel das estruturas estatais nas suas diferentes instâncias.

Depois de traçado o perfil do projeto Rota Cultural “Caminhos do Frio”, pode-se perceber que são muitas as dificuldades enfrentadas, por ser um projeto de criação recente, e também visto a dificuldade de angariar verbas oriundas do poder público, o que reduz as atividades ocorridas durante o evento, e o que faz, ainda, com que as atrações sejam de pequeno porte, muitas vezes desconhecidas, o que dificulta a vinda de turistas de regiões mais distantes do Brejo Paraibano. Mas apesar disso foi surpreendente saber que práticas de desenvolvimento voltado para a sustentabilidade acontecem e recebem um uma boa aceitação do evento mesmo em condições pouco ideais de estrutura, existe a consciência, por parte da população, de que fazem parte deste acontecimento e devem se sentir responsáveis pelo bom funcionamento do projeto.

Por fim, reforça-se a perspectiva de que é através de processos de mudanças sociais e culturais numa sociedade ou região/território, organizada em suas redes de poder socioterritorial, democraticamente, constrói superações dos seus desafios, resultando nos chamados pactos socioterritoriais, ou seja, nos seus planos de desenvolvimento territorial sustentável. Esta é uma das possibilidades para que, dadas determinadas condições histórico-culturais locais, se efetive concretamente a gestão territorial, na qual possa ser contemplado o diálogo, a participação e o desenvolvimento sustentável.

A partir destas informações já é possível perceber que a região do Brejo Paraibano pode e deve utilizar-se de seus atrativos naturais e culturais para aumentar a circulação e injeção de capital financeiro na região.

Além disso, constatou-se durante a realização da pesquisa bibliográfica, que existe um interesse, não só por parte do Governo nos três níveis, e também do empresariado, em investir nas riquezas naturais da região. Uma diversificação de atrativos, que caminham desde o turismo cultural, com a visita a antigos engenhos em funcionamento, degustação de comidas típicas da região, a prática de trilhas ecológicas, turismo de aventura, dentre muitas outras atrações são de fundamental importância para o acontecimento e sucesso do projeto, que tem em vista a expansão para outras cidades e até a integração com projetos de outros Estados.

As correlações e as necessidades da maioria dos indivíduos interferem decisivamente no ciclo econômico e social das comunidades em geral. Ao identificar e trabalhar os possíveis potenciais de uma comunidade, levando-se em conta para isso o ambiente natural e seus aspectos culturais, já está se pensando em uma forma de desenvolver sustentavelmente esta região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, RIDEL, Joaquim Anécio, Mário (org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer, desenvolvimento**. Bauru:SP; EDUSC, 2000.

BANDEIRA, Pedro S. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. In BECKER, Dinizar F. & BANDEIRA, Pedro S. *Desenvolvimento Local/Regional– Determinantes e Desafios Contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 1, p. 23-128, 2000.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

BEZERRA, Maria do Carmo Lima e RIBEIRO, Luiz Alberto de L. C. (coordenadores) **Infra-estrutura e Integração Regional**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais: Consórcio Sodontécnica/Crescente Fértil, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAVALCANTI, C. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo, Recife: Cortez Editora e Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DANTAS, Leiliam C. **Desenvolvimento local e valorização de produtos dos engenhos de cana-de-açúcar em base territorial: o caso do Brejo Paraibano**. 2003. 204 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 8ª ed. São Paulo: Gaia, 2003

FURST, D. KLEMMER P., ZIMMERMANN, K. **Política Econômica Regional**; tradução de Ina Mendonça. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. edição. São Paulo: Atlas, 1991.

GTDN (1967), **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**, Recife, SUDENE.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1989.

MELO NETO, Francisco de Paulo de. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOLETTA, Vânia Beatriz Florentino. **Turismo, Aventura e Ecoturismo**. Porto Alegre: RS; SEBRAE, 2004.

PAULA, Juarez de. **DLIS passo a passo: Como atuar na promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

SACHS, I. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política**. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.

URI, Pierre. **Desenvolvimento sem Dependência**. Tradução de Ronaldo Sérgio De Biasi. Rio de Janeiro: Atlântida, 1976.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WEBER, J. **Gestão dos recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa**. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Org.). Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

ZAQUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A/COPPE-UFRJ, 2006.

SITES:

<http://www.sebraepb.com.br>. Acesso em: 23 de julho de 2008, 20:15:17

<http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 28 de julho de 2008, 23:10:51

<http://www.cultura.gov.br> Acesso em: 02 de Agosto de 2008, 11:26:27

ARTIGOS:

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil**. 1997. disponível em: www.ipea.gov.br

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais – Uma Abordagem Conceitual**. 2001. disponível em: www.interfacesdesaberes.fafica.com

VIEGAS, Waldir. **Avaliação de políticas públicas : experiências brasileiras :procedimentos metodológicos**. 2003. disponível em www.unpan1.un.org.br

APÊDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – Que atividades são realizadas durante o evento, como forma de atrair visitantes ao Brejo?

- 2 – Quantas cidades participam do evento, desde a sua criação?

- 3 – Há, de fato, alteração na economia local (e/ou específica em cada município), ao menos durante o acontecimento do evento?

- 4 – Que oficinas de capacitação são oferecidas para a população das cidades que recebem o projeto, como forma de expansão de capacidades da comunidade?